

Em Moreira Sales, serviços do INSS são oferecidos no ‘CAC’



Uma boa notícia para os moradores de Moreira Sales. Nas próximas semanas, os serviços do INSS serão oferecidos no próprio município e poderão ser encontrados no CAC - Central de Atendimento ao Cidadão.

PÁGINA 03

Estão abertas as inscrições para exames da EJA do Ensino Médio



A Secretaria de Estado da Educação informa que estão abertas as inscrições para quem deseja fazer os exames da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para certificação dos componentes curriculares e áreas do conhecimento do Ensino Médio. O prazo para inscrições vai até 7 de maio. Neste período, os interessados devem procurar uma instituição pública de ensino que ofereça EJA ou um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (Ceebeja) portando documento oficial com foto. **PÁGINA 02**

Paraná participa das ações da 22ª Semana de Vacinação das Américas

PÁGINA 03

Janiópolis recebe carreta do “Cinema na Praça” no próximo dia 23 de maio

Uma carreta baú equipada com moderno sistema de exibição cinematográfica estará em Janiópolis, no próximo dia 23 de maio, no Parque de Exposições. Trata-se do projeto Cinema na Praça, que é realizado com recursos da Lei

Paulo Gustavo – através do Ministério da Cultura do Governo Federal e realizado no Paraná pelo Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Cultura, com produção a cargo da Casa do Verbo Assessoria em Gestão Cultural. **PÁGINA 02**



amor em OFERTAS

especial Mês das Mães

Paraná SUPERMERCADOS

<div><div>Clube</div><div>18,90</div></div> <div>COXA C/ SOBRECOXA INTEIRA CONG. KG</div> <div>RS 6,49</div>	<div><div>Clube</div><div>5,99</div></div> <div>ARROZ IDEAL 5KG</div> <div>RS 19,90</div>
<div><div>Clube</div><div>2,59</div></div> <div>CERVEJA PETRA 350ML PURO MALTE</div> <div>RS 2,79</div>	<div><div>Clube</div><div>15,99</div></div> <div>ACÉM C/ OSSO OU PONTA DE PEITO KG</div> <div>RS 16,99</div>

Ofertas Válidas de 25 à 29 de Abril 2024. Para a loja de Goioerê.

Você escolhe quando pagar

TODA LOJA

FEMININO, MASCULINO E INFANTIL

CHARME

HOMEM • MULHER

calçados • acessórios

MAIO

JUNHO

JULHO

5X

3X

2X

Estão abertas as inscrições para exames da EJA do Ensino Médio

PELO
PARANÁ



ADIPR
Associação dos Jornais
e Portais do Paraná

Turismo

A circulação de turistas estrangeiros aumentou 36% no primeiro trimestre no Paraná. Números divulgados pela Embratur demonstram que o Estado recebeu 360.397 no primeiro trimestre do ano, contra 264.235 do mesmo período de 2023. Segundo o levantamento, o Paraná é o 4º estado que mais recebeu turistas internacionais de janeiro a março.

Frigorífico

A unidade frigorífica da BRF em Dois Vizinhos, no Sudoeste do Paraná, foi habilitada pela Malásia para exportação de carne de frango halal ao país do sudeste asiático. A confirmação foi feita pelo Departamento de Serviços Veterinários e o Departamento de Desenvolvimento Islâmico da Malásia, e envolve outras três plantas brasileiras.

Jabuti

O Senador Oriovisto Guimarães (PODE) comemorou o adiamento da votação do projeto de lei 233/2023 pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. “Vitória da oposição! Esse projeto reformula a cobrança do DPVAT com a intenção real, subjetivada por este governo, de mudar o arcabouço fiscal e dar ao governo mais R\$ 15 bilhões por meio de um jabuti”, ressaltou o senador.

Cresceu

O Paraná tem apresentado nos últimos cinco anos evolução em diversos indicadores importantes de situação fiscal, a exemplo do crescimento expressivo nos superávits orçamentário e financeiro. Conforme dados da Secretaria Estadual da Fazenda, o superávit orçamentário do Estado registrou aumento de R\$ 331,3 milhões, em 2019, para R\$ 5,48 bilhões em 2023, alta de 1.553%.

Dengue

A Secretaria Estadual da Saúde divulgou o novo boletim epidemiológico da dengue. O documento contabiliza 260.517 casos confirmados de dengue no Paraná, 41.472 a mais que no boletim semanal anterior. Foram registrados também mais 31 óbitos, totalizando 171 mortes pela doença neste período epidemiológico.

Bom de Bola

Começa nesta sexta-feira (26) a fase regional da 4ª edição do Paraná Bom de Bola, evento que abre o calendário 2024 dos Jogos Oficiais organizados pela Secretaria Estadual do Esporte. A fase regional é disputada em dois finais de semana, de 26 a 28 de abril e de 10 a 12 de maio. A primeira etapa tem mais de 10 mil participantes, de 208 cidades, em 381 equipes, sendo 36 femininas.

Nova lei

O governador Ratinho Junior (PSD) sancionou a lei estadual 21.931 que garante meia entrada em eventos culturais e esportivos para quem atuar como mesário ou no apoio operacional em processos eleitorais. A lei é retroativa para quem trabalhou nas eleições de 2022. Para ter direito à meia-entrada, o eleitor nomeado terá que comprovar que prestou serviços à Justiça Eleitoral em todos os atos para os quais foi nomeado, em primeiro e em segundo turno, se houver, mediante certidão expedida pela Justiça Eleitoral.

Da Redação ADI-PR Curitiba

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

A Secretaria de Estado da Educação informa que estão abertas as inscrições para quem deseja fazer os exames da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para certificação dos componentes curriculares e áreas do conhecimento do Ensino Médio. O prazo para inscrições vai até 7 de maio.

Neste período, os interessados devem procurar uma instituição pública de ensino que ofereça EJA ou um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (Ceebeja) portando documento oficial com foto. A lista de instituições em cada município pode ser conferida.

Para se inscrever para os exames do Ensino Médio, é preciso ter 18 anos comple-



As inscrições seguem abertas até o dia 7 de maio

tos. Estão aptos a fazer os exames 22.080 alunos que estudam a EJA neste ano.

Para as provas, o aluno deverá comparecer na escola onde fará a prova online, ou seja, pelo computador da instituição. O aluno deve se inscrever apenas nos com-

ponentes curriculares ou nos semestres que ele precisa para concluir a educação. O exame será ofertado em cinco etapas.

No componente curricular, além das questões objetivas, as provas de Língua Portuguesa (semestre/ componente curricu-

lar) serão compostas por uma produção textual (redação) e terão um tempo adicional de 30 minutos. Os módulos envolvem Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Matemática, Biologia, Educação Física, Arte e Química.

Janiópolis recebe carreta do “Cinema na Praça” no próximo dia 23 de maio

Uma carreta baú equipada com moderno sistema de exibição cinematográfica estará em Janiópolis, no pró-

ximo dia 23 de maio, no Parque de Exposições. Trata-se do projeto Cinema na Praça, que é realizado com recursos

da Lei Paulo Gustavo – através do Ministério da Cultura do Governo Federal e realizado no Paraná pelo Governo

do Estado através da Secretaria Estadual de Cultura, com produção a cargo da Casa do Verbo Assessoria em Gestão Cultural.

A estrutura conta com painel de Led, iluminação e sistema de som de alta qualidade. O “Cinema na Praça” oferecerá cadeiras, barraca inflável com a identificação visual do projeto servirá de espaço para que o público faça fotos para postar em redes sociais.

O público que comparecer às exhibições do “Cinema na Praça”, também vai poder ter pipoca de graça, e para recolher os resíduos produzidos, a organização disponibilizará oito lixeiras que serão dispostas em pontos estratégicos. A apresentação está agendada para as 19:30 horas.



A carreta estará em Janiópolis, no próximo dia 23 de maio

GAZETA REGIONAL

O PALADINO DA VERDADE

EDITORA GAZETA REGIONAL DE GOIOERÊ LTDA
CNPJ:05.672.010/0001-97

Diretor Responsável: Jucelino Costa dos Santos

REDAÇÃO, OFICINA E ESCRITÓRIO

Rua Uruguai, 15 - Jardim Morumbi

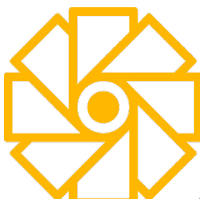
CEP: 87.360-000 - Goioerê - Paraná

SEDE PRÓPRIA

Fone - 3522-2537

E-Mail gazetagoioere@gmail.com

Projeto visual e diagramação: Gazeta Regional



ADIPR
Associação dos Jornais
e Portais do Paraná

Os artigos assinados não exprimem necessariamente a opinião do Jornal

Cooperando sempre
com você!

Copacol
Supermercados

Em Moreira Sales, serviços do INSS são oferecidos no ‘CAC’

Uma boa notícia para os moradores de Moreira Sales. Nas próximas semanas, os serviços do INSS serão oferecidos no próprio município e poderão ser encontrados no CAC - Central de Atendimento ao Cidadão.

O acordo para a oferta dos serviços em Moreira Sales foi selado na última sexta-feira, durante visita do chefe regional do INSS, Altamir. “Uma parceria importante e que vai facilitar a vida daqueles que precisarem dos serviços do INSS”, disse o prefeito Rafael Bolacha.

Na reunião ficou acertado que entre outros serviços que o INSS irá



A parceria com o INSS foi acertada na última sexta-feira

disponibilizar nas próximas semanas estão: aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, benefícios assistenciais, pensão, auxílio reclusão, salário maternidade, seguro desemprego, certidões de tempo de contribuição, dentre outros.

O prefeito Rafael Bolacha cita que o objetivo de garantir estes atendimentos no município, é promover praticidade e conforto aos munícipes, sem que os mesmos precisem se deslocar para outras cidades em busca do serviço, além de evitar filas, tumultos e sobrecarga de serviço nas unidades vizinhas.

Festival de Quadrilhas: evento vai dar R\$ 19 mil em premiação em Goioerê

A Prefeitura de Goioerê, através da Secretaria de Cultura, está organizando uma grande Festa Junina para acontecer no dia 8 do mês de junho. Dentro da festa, será realizado o 2º Festival de Quadrilhas, que vai dar R\$ 19 mil em prêmios aos grupos participantes. O evento será na Praça da Igreja Matriz.

Os interessados em participar já podem fazer suas inscrições nas categorias Infanto-Juvenil (6 a 15 anos) e Adulto (acima de 16 anos). As inscrições podem ser feitas no site da prefeitura de Goioerê.

O secretário de Cultura, Dhionata Macena, cita que o festival é u evento especial dentro da festa, que mostra a beleza das festas juninas com as danças e coreografias que são feitas pelos gru-



Festa Junina com Festival de Quadrilhas acontecerá no dia 8 do mês de junho

pos. “Sem dúvida será uma grande festa e nós estamos ansiosos”, diz ele.

Os interessados em se inscrever e que queiram mais informações, poderão entrar

em contato com a Secretaria de Cultura através do telefone (44 3522-2266).

Circulação de turistas estrangeiros aumentou 36% no primeiro trimestre no Paraná

O Paraná registrou no primeiro trimestre deste ano a entrada de 360.397 turistas estrangeiros, o que representa um aumento de 36,3% em relação ao primeiro trimestre de 2023, quando 264.235 visitantes de outros países

vieram ao Estado. Somente no mês de março, o aumento foi de 74% - 89.266 pessoas contra 51.222 no mesmo mês do ano passado.

Os dados são de registros feitos pela Embratur, em parceria com o Ministério do

Turismo (MTur) e a Polícia Federal (PF). Eles somam desembarques por vias terrestre, marítima e aérea. Segundo o levantamento, o Paraná é o 4º estado que mais recebeu turistas internacionais de janeiro a março, ficando atrás de São Paulo (657.288), Rio Grande do Sul (561.520) e Rio de Janeiro (491.587). A

maioria entrou no Estado por via terrestre (344 mil).

Para o secretário estadual do Turismo (Setu), Márcio Nunes, o crescimento é reflexo de políticas públicas, como a chegada de navios de cruzeiros ao Estado, através do Porto de Paranaguá, que contaram com grande aprovação do público.

Paraná participa das ações da 22ª Semana de Vacinação das Américas

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) se une à Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) para reforçar a importância da imunização contra doenças preveníveis, como Influenza e Covid-19, na 22ª Semana de Vacinação das Américas e 13ª Semana Mundial de Imunização. Participam deste evento autoridades e agentes de saúde de Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

A abertura oficial da campanha foi realizada nesta quarta-feira (24), em Ciudad del Este, no Paraguai. A Regional de Saúde de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, que faz divisa com o Paraguai e Argentina, participa da ação para. A ideia é reforçar a divulgação da importância da vacinação na região de fronteira.

Com o tema “Proteja o Futuro: Vacine-se”, as campanhas seguem até este sábado (27) e têm como objetivo promover ampla mobilização para melhorar os indicadores vacinais, tanto para as vacinas de campanhas como para as de rotina. No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, 13 dos 16 principais imunizantes do calendário infantil do Programa Nacional de Imunizações (PNI) tiveram aumento de cobertura em 2023.

“Por conta do fluxo de pessoas circulando na triplíce

fronteira, é necessário reforçar a importância da vacina, que é um ato de prevenção e proteção. Esta é mais uma estratégia para complementar os esforços dos programas”, afirmou o diretor da Regional de Saúde de Foz do Iguaçu, Ademir Ferreira de Souza.

Nos últimos 20 anos, a Semana de Vacinação nas Américas tem sido uma estratégia para complementar os esforços dos programas nacionais de imunização. Desde a sua criação, em 2003, mais de 1,09 bilhão de pessoas de todas as idades foram vacinadas, de acordo com o Ministério da Saúde. A estratégia teve sucesso em levar as vacinas contra a Covid-19 e contra a gripe a milhões de pessoas, inclusive em comunidades de difícil acesso, bem como ofertar serviços de promoção da saúde e cuidados preventivos, para além da vacinação.

Segundo Ademir Ferreira de Souza, o programa de vacinação tem dado aos governos uma oportunidade anual de alcançar milhões de pessoas, num esforço conjunto, com vacinas que salvam vidas. “Os esforços da região inspiraram o mundo, e muitas outras regiões seguiram o exemplo, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a criar a Semana Mundial de Imunização, em 2012”, disse.




conexões que transformam



O ensino mais conectado da região.

Venha conhecer!
(44) 3522-4793



CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES
Av. Mário Marangoni, nº 862 – Moreira Sales, Pr. – CEP – 87370-000
CNPJ Nº 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 532.1398
E-mail: camarams@gmail.com.br

ANEXO II (Resolução 001/2008)

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Proponente:
LUIZ REINALDO MARTINS

Cargo
VEREADOR

Departamento
CAMARA MUNICIPAL

Localidade
CURITIBA

Saída
23/04/2024

Retorno
25/04/2024

Quantidade de Diária:
-3-

Categoria (*)
"I"

Valor:
493,87

TOTAL

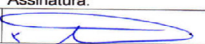
-

1.481,61

Deslocamento
VEÍCULO PODER LEGISLATIVO

Justificativa:
Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.

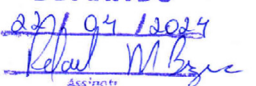
Data:
22/04/2024

Assinatura:


Deferimento do Presidente da Mesa:

DEFERIDO

22/04/2024



(*) "I" – Diária integral – "R" – Diária reduzida (50%) – "F" – Diária Fracionada 1/4

ANEXO – III (Resolução 001/2008)

TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS: Nº 014/2024

Por este Termo, fica autorizada a concessão de 3 (três) diárias categoria: I nos termos do Anexo II, da Resolução nº 001/2008, e da solicitação do interessado, ao:

Servidor(a)

Vereador(a):
LUIZ REINALDO MARTINS

Destino:
CURITIBA

Km:
550

Valor R\$:
1.481,61

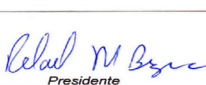
Período:
23 a 25 de abril de 2024

Finalidade:
Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.

Dotação Orçamentária:
01.01 – 010310001.2.001-339014
Data de liberação: ____/____/____


DATA:
____/____/____


Empenho nº ____ de ____/____/____



Presidente

Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Declaro ter recebido o valor constante deste TERMO, em ____/____/____





MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

DISTRATO Nº 017/2024

NATUREZA: DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

PARTES:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO JANIÓPOLIS
CONTRATADA: IVAN RODRIGUES DE SOUZA
CARGO: MOTORISTA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME CONTRATO DE TRABALHO Nº 029/2022.
DATA INICIO: 06/05/2022
DATA TÉRMINO: 24/04/2024
Janiópolis, 24 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL

DISTRATO Nº 018/2024

NATUREZA: DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

PARTES:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO JANIÓPOLIS
CONTRATADO: EDSON AGNELI
CARGO: MOTORISTA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME CONTRATO DE TRABALHO Nº 016/2022.
DATA INICIO: 26/04/2022
DATA TÉRMINO: 24/04/2024
Janiópolis, 24 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL

DISTRATO Nº 019/2024

NATUREZA: DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

PARTES:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO JANIÓPOLIS
CONTRATADO: EVA DE ASSIS OLIVEIRA
CARGO: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME CONTRATO DE TRABALHO Nº 024/2022.
DATA INICIO: 26/04/2022
DATA TÉRMINO: 24/04/2024
Janiópolis, 24 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL


DISTRATO Nº 020/2024

NATUREZA: DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

PARTES:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO JANIÓPOLIS
CONTRATADO: CAMILA DE OLIVEIRA
CARGO: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME CONTRATO DE TRABALHO Nº 021/2022.
DATA INICIO: 26/04/2022
DATA TÉRMINO: 24/04/2024
Janiópolis, 24 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

DISTRATO Nº 021/2024

NATUREZA: DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

PARTES:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO JANIÓPOLIS
CONTRATADO: VALDEVINO BATISTA DO NASCIMENTO
CARGO: AUXILIAR DE PEDREIRO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME CONTRATO DE TRABALHO Nº 018/2023.
DATA INICIO: 26/02/2023
DATA TÉRMINO: 24/04/2024
Janiópolis, 24 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 196/2024

SÚMULA: Conceder licença para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municipal nº 015/90.

RESOLVE.

Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde ao servidor VALDEVINO BATISTA DO NASCIMENTO matrícula nº 121053 CPF nº 497.246.499-20 e RG nº 42967025 SSP/PR, por 05 (cinco) dias, a partir do dia 15 de Abril de 2024, devendo retornar ao trabalho no dia 20 de abril de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se.

Janiópolis - PR, em 23 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 197/2024

SÚMULA: Conceder licença para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municipal nº 015/90.

RESOLVE.

Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde a servidora RAQUEL MARIANO DE MORAES matrícula nº 3477770 CPF nº 064.142.489-24 e RG nº 101839541 SSP/PR, por 05 (cinco) dias, a partir do dia 09 de Abril de 2024, devendo retornar ao trabalho no dia 14 de abril de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se.

Janiópolis - PR, em 23 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 198/2024

SÚMULA: Conceder licença para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municipal nº 015/90.

RESOLVE.

Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde a servidora KEITTI RENATA ZELINSKI DA SILVA matrícula nº 27642 CPF nº 008.225.069-39 e RG nº 84393720 SSP/PR, por 03 (tres) dias, a partir do dia 09 de Abril de 2024, devendo retornar ao trabalho no dia 12 de abril de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se.

Janiópolis - PR, em 23 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 199/2024

SÚMULA: Conceder licença para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municipal nº 015/90.

RESOLVE.

Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde a servidora JULIANA ROBAK BORGES matrícula nº 3477754 CPF nº 109.774.339-00 e RG nº 139612221 SSP/PR, por 07 (sete) dias, a partir do dia 05 de Abril de 2024, devendo retornar ao trabalho no dia 12 de abril de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se.

Janiópolis - PR, em 23 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200/2024

SÚMULA: Conceder licença para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municipal nº 015/90.

RESOLVE.


Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde a servidora CAROLINE VITORIA DA COSTA MAIA - matrícula nº 122041 CPF nº 079.523.009-54 e RG nº 10.922.794-3 SSP/PR, por 04 (quatro) dias, a partir do dia 23 de abril de 2024, devendo retornar ao trabalho no dia 27 de abril de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se.

Janiópolis - PR, em 23 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 201/2024

SÚMULA: Conceder licença para tratamento de saúde a servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 126 da Lei Municipal nº 015/90.

RESOLVE.

Art.1º Conceder Licença Para tratamento de saúde ao servidor VALDECI FERREIRA MIRANDA matrícula nº 3477231 CPF nº 517.582.539-91 e RG nº 40582720 SSP/PR, por 03 (tres) dias, a partir do dia 17 de abril de 2024, devendo retornar ao trabalho no dia 20 de abril de 2024.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se.

Janiópolis - PR, em 23 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202/2024

SÚMULA: Nomeia Candidato habilitado em Concurso Público Municipal para cargo Efetivo de TÉCNICO ENFERMAGEM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e em estrita conformidade com a Constituição Federal, lei Orgânica do Município Edital nº001/2024 do Concurso Público nº 001/2023 e demais legislações e documentos pertinentes, considerando a aprovação e preenchimento de todos os requisitos legais e regulamentares,

RESOLVE.

Art. 1º - Nomear a Senhora FRANCIELLY ALVES NUNES DOS SANTOS, portador do RG sob o nº 10.333.193-6 SSP-PR e do CPF sob o nº 082.700.339-01 para o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO ENFERMAGEM, por ter sido aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2023.

Art. 2º- A remuneração inicial do Servidor corresponderá ao nível 11, da tabela de vencimento (CARREIRA DO GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO) constante no anexo I da lei complementar 094/2017 com as alterações das leis posteriores.

Art. 3º- O servidor nomeado deverá tomar posse no dia 24 de abril de 2024, na Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Janiópolis - PR, em 24 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 203/2024

SÚMULA: Nomeia Candidato habilitado em Concurso Público Municipal para cargo Efetivo de AUXILIAR DE SAUDE BUCAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e em estrita conformidade com a Constituição Federal, lei Orgânica do Município Edital nº001/2024 do Concurso Público nº 001/2023 e demais legislações e documentos pertinentes, considerando a aprovação e preenchimento de todos os requisitos legais e regulamentares,

RESOLVE.

Art. 1º - Nomear a Senhora CLEONICE TEODORO NOGUEIRA, portador do RG sob o nº 8.582.955-6 SSP-PR e do CPF sob o nº 057.382.839-37 para o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAUDE BUCAL, por ter sido aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2023.

Art. 2º- A remuneração inicial do Servidor corresponderá ao nível 1, da tabela de vencimento (CARREIRA DO GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO) constante no anexo I da lei complementar 094/2017 com as alterações das leis posteriores.

Art. 3º- O servidor nomeado deverá tomar posse no dia 24 de abril de 2024, na Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Janiópolis - PR, em 24 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 204/2024

SÚMULA: Nomeia Candidato habilitado em Concurso Público Municipal para cargo celetista de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, no uso de suas atribuições legais e em estrita conformidade com a Constituição Federal, lei Orgânica do Município Edital nº 001/2024 do Concurso Público nº 002/2023 e demais legislações e documentos pertinentes, considerando a aprovação e preenchimento de todos os requisitos legais e regulamentares,

RESOLVE.

Art. 1º - Nomear o Senhor SILMAX CORREIA BORGES, portador do RG sob o nº 052225202014-9 SSP-MA e do CPF sob o nº 618.200.233-62 para o cargo de provimento celetista de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, por ter sido aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2023.

Art. 2º- A remuneração inicial do Servidor corresponderá a 2 (dois) salários mínimos federal conforme lei complementar nº 132/2022.

Art. 3º- A vigência da presente portaria coincidirá com a vigência do programa/Convênio Saúde da Família, firmado entre o Município e o Governo Federal, observado o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 028/2008.

Art. 4º- O servidor nomeado deverá tomar posse no dia 24 de abril de 2024, na Prefeitura Municipal.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Janiópolis - PR, em 24 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 014/2024
Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa visando aquisição de Playgrounds para instalação nos Centros Municipais de Educação Infantil e demais locais que se fizerem necessários no município de Moreira Sales.
Regime de Execução: Menor preço por item.
Valor total: R\$ 556.800,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS).
NOVA Data Abertura: 14 de Maio de 2024, as 09h30min.
Informações Complementares e Aquisição de Edital pelo Fone: 44 3532 8119 – licitacao2@moreirasales.pr.gov.br
Rafael Brito do Prado – Prefeito Municipal.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

RUA RUI BARBOSA - 286 | Janiópolis - PR | Cep 87.380-000

Fone: (44) 3553-1411 | CNPJ: 76.402.882/0001-83

e-mail: gabinete@janiopolis.pr.gov.br

Número da Lei: 667

Ano da Lei: 2023

Data da Lei:

DECRETO Nº 2852, de 24 de abril de 2024

SUPLEMENTAÇÃO

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 9.627,01(nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e um centavo)

Crédito Adicional	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	09.001.0008.0244.0009.2025.3339030000000000000102	9.627,01

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		nul - 01022	9.627,01

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 235,28(duzentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos)

Crédito Adicional	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	09.001.0008.0244.0009.2025.3339030000000000000102	235,28

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4.132.010.010.312.000.000 - 01022	235,28

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.000,00(cinco mil reais)

Crédito Adicional	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Orçamento de Obras e Planejamento	06.005.0004.0122.0005.2009.3339030000000000000000	5.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Diretoria de Obras e Planejamento	06.005.0004.0122.0005.2009.3449030000000000000000	5.000,00

Art. 7 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Janiópolis - Paraná, 24 de abril de 2024

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
Prefeito

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2024

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI, inscrito no CPF sob nº 279.333.189-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2024, publicado no PNCP em 04/04/2024, processo administrativo nº 018/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa **W2M CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 18.020.262/0001-83, com sede na(o) Av. Rio Grande do Sul, nº 484, Têrreo, Centro, no Município de Corbélia/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) WILSON DOMINGUES DE MATOS, inscrito no CPF sob nº 048.318.189-76 e RG sob nº 8.589.796-9 SSP/PR de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no *edital de licitação* sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE TUBOS EM CONCRETO E EMILTAÇÃO ASFÁLTICA RR-2C, DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E URBANISMO, DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 005/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transação.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	450	UNIDADE	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, COM PORTA E BOLSA, DE SEÇÃO CIRCULAR, PARA ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800MM, COM 1,00 METRO DE COMPRIMENTO, CLASSE PR (OBRERO) - INCLUI FRET E ENTREGA	W2M	R\$19,00	R\$8.550,00
2	200	UNIDADE	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, COM PORTA E BOLSA, DE SEÇÃO CIRCULAR, PARA ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800MM, COM 1,00 METRO DE COMPRIMENTO, CLASSE PR (OBRERO) - INCLUI FRET E ENTREGA	W2M	R\$114,00	R\$22.800,00

3	50	UNIDADE	TUBO DE CONCRETO ARMADO, COM PORTA E BOLSA, DE SEÇÃO CIRCULAR, PARA ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800MM, COM 1,00 METRO DE COMPRIMENTO, CLASSE PR (OBRERO) - INCLUI FRET E ENTREGA	W2M	R\$299,00	R\$14.950,00
4	50	UNIDADE	TUBO DE CONCRETO ARMADO, COM PORTA E BOLSA, DE SEÇÃO CIRCULAR, PARA ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800MM, COM 1,00 METRO DE COMPRIMENTO, CLASSE PR (OBRERO) - INCLUI FRET E ENTREGA	W2M	R\$436,00	R\$21.800,00
Total dos Fornecedor:					R\$ 36.500,00	

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ 86.550,00 (Oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais).

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão a ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anulação do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: 4.4.2.1. Aceitarem estar as bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original;

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecedendo aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que compoem o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no *edital*, e;

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no *edital* de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decar o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no *edital* ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7.4.7, observando o item 4.7.5 subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital* ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no *edital* ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a observância e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7, e, em prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023, ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no regime de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento ocorrer respectivamente às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será aceita a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/PR, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 04 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

CONTRATANTE

W2M CONSTRUTORA LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
RG: _____

Nome: _____
RG: _____

LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES EM CBUQ, 12.868,81 m², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, REVESTIMENTO, MIO-FIO COM SARJETAS, URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM E ENSAIOS TECNOLÓGICOS, OBJETO VINCULADO AO CONVÊNIO Nº 845/2023 - SECID - PROJETO SAM 59 - MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR

Adjudicando e Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA do tipo Menor Preço - (Nova Lei de Licitações), sob nº 001/2024, à empresa:

Vencedores/Valor	
Nome	Valor
CONSTRUTORA LONGUINI LTDA	R\$ 1.430.000,00

referente ao seguinte item:

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
CONSTRUTORA LONGUINI LTDA	1	1	OBRA	R\$1.430.000,00	R\$1.430.000,00

Objeto da Concorrência Eletrônica nº 001/2024, visto não haver interesse dos licitantes em manifestar a apresentação de recursos.

Janiópolis/Pr, 23 de abril de 2024.

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

CONVITE

O Prefeito Municipal convida a toda a comunidade, para participar da

2ª Audiência Pública que será realizada no dia 30 de abril de 2024, a partir das

15:00 horas na Câmara Municipal de Janiópolis/Pr., para conclusão das propostas

da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) 2025.

Janiópolis, 23 de abril de 2024.

Ismael José Dezanoski

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA IMÓVEIS E VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR

Adjudicando e Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor Preço - (Nova Lei de Licitações), sob nº 008/2024, à empresa:


Vencedores/Valor	
Nome	Valor
GENTE SEGURADORA SA	R\$ 117.891,75

referente aos seguintes itens:

Vencedores/Valor	
Nome	Valor
GENTE SEGURADORA SA	R\$ 117.891,75

Lote: 1- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS

Fornecedor	Item	Qtdade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
GENTE SEGURADORA SA	1	1	SER	R\$994,74	R\$994,74
GENTE SEGURADORA SA	2	1	SER	R\$851,88	R\$851,88
GENTE SEGURADORA SA	3	1	SER	R\$851,81	R\$851,81
GENTE SEGURADORA SA	4	1	SER	R\$856,81	R\$856,81
GENTE SEGURADORA SA	5	1	SER	R\$927,89	R\$927,89
GENTE SEGURADORA SA	6	1	SER	R\$999,71	R\$999,71
GENTE SEGURADORA SA	7	1	SER	R\$1.001,89	R\$1.001,89
GENTE SEGURADORA SA	8	1	SER	R\$999,17	R\$999,17
GENTE SEGURADORA SA	9	1	SER	R\$999,99	R\$999,99
GENTE SEGURADORA SA	10	1	SER	R\$999,19	R\$999,19
GENTE SEGURADORA SA	11	1	SER	R\$851,10	R\$851,10
GENTE SEGURADORA SA	12	1	SER	R\$866,28	R\$866,28
GENTE SEGURADORA SA	13	1	SER	R\$541,87	R\$541,87
GENTE SEGURADORA SA	14	1	SER	R\$2.280,12	R\$2.280,12
GENTE SEGURADORA SA	15	1	SER	R\$851,11	R\$851,11
GENTE SEGURADORA SA	16	1	SER	R\$1.244,54	R\$1.244,54
GENTE SEGURADORA SA	17	1	SER	R\$1.941,71	R\$1.941,71
GENTE SEGURADORA SA	18	1	SER	R\$1.406,13	R\$1.406,13
GENTE SEGURADORA SA	19	1	SER	R\$1.999,99	R\$1.999,99
GENTE SEGURADORA SA	20	1	SER	R\$1.130,78	R\$1.130,78
GENTE SEGURADORA SA	21	1	SER	R\$1.954,93	R\$1.954,93
GENTE SEGURADORA SA	22	1	SER	R\$4.024,42	R\$4.024,42
GENTE SEGURADORA SA	23	1	SER	R\$1.410,26	R\$1.410,26
GENTE SEGURADORA SA	24	1	SER	R\$58,24	R\$58,24
GENTE SEGURADORA SA	25	1	SER	R\$921,10	R\$921,10
GENTE SEGURADORA SA	26	1	SER	R\$857,69	R\$857,69
GENTE SEGURADORA SA	27	1	SER	R\$5.769,66	R\$5.769,66
GENTE SEGURADORA SA	28	1	SER	R\$1.112,52	R\$1.112,52
GENTE SEGURADORA SA	29	1	SER	R\$1.115,15	R\$1.115,15
GENTE SEGURADORA SA	30	1	SER	R\$1.050,10	R\$1.050,10
GENTE SEGURADORA SA	31	1	SER	R\$99,10	R\$99,10
GENTE SEGURADORA SA	32	1	SER	R\$99,99	R\$99,99



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001.2024 – APOIO À SALA DE CINEMA - RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)

O Município de Janiópolis - Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Divisão Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o edital de apoio à sala de cinema, com observância no inciso II, art. 6º da Lei Complementar Federal 195/2022, dos Decretos Federais Nº 11.453/2023 e 11.525/2023, bem como demais legislações pertinentes.

A Lei Complementar nº 195/2022 é emergencial, criada para o enfrentamento das consequências econômicas e sociais ao setor cultural e homenagem ao artista Paulo Gustavo que foi vitimado pelo covid19.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital objetiva a destinação de recursos federais em cumprimento ao inciso II, art. 6º, “APOIO À SALA DE CINEMA” da Lei Complementar nº 195/2022, por este instrumento de seleção pública.

1.2. A destinação dos recursos será por meio da seleção de projeto de cinema de rua ou cinema itinerante, de forma promover o cinema nacional e valorizar as manifestações culturais no município de Janiópolis/PR.

1.3. O Edital integra ações do poder executivo nas políticas culturais de consolidação do Sistema Municipal de Cultura de Janiópolis/PR, implantado pela Lei Municipal nº 645/2022, nos termos do disposto no Sistema Nacional de Cultura e no art. 216-A da Constituição Federal.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Considera-se cinema de rua ou cinema itinerante, conforme Decreto nº 11.525/2023, “o serviço de exibição aberta ao público regular de obras audiovisuais para fruição coletiva em espaços abertos, em locais públicos e em equipamentos móveis, de modo gratuito, admitida a possibilidade de aplicação dos recursos em projetos já existentes ou novos, públicos ou privados”.

2.2. O Edital de apoio à sala de cinema de Janiópolis/PR, contemplará 01 (um) projeto cultural para cinema de rua ou itinerante, para realização de no mínimo 03 (três) exibições abertas ao público de obras audiovisuais para fruição coletiva em local público, a ser detalhado no projeto apresentado.

2.3. O projeto apresentado deverá oferecer sessões gratuitas de cinema, conforme art. 7º, § 1º da Lei Complementar 195/2022, priorizando o atendimento da rede pública de ensino e entidades filantrópicas.

2.4. As salas de cinema estão obrigadas a exibir obras nacionais, conforme art. 7º, § 1º da Lei Complementar 195/2022.

2.5. O projeto deverá assegurar as medidas de acessibilidade, que deverão constar nos custos do projeto, conforme Decreto nº 11.525/2023.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar edital agente cultural, pessoa jurídica, **prioridade** para proponente com sede no município de Janiópolis/PR.

3.1.1. Poderá participar deste edital agente cultural, pessoa jurídica, com sede COMCAM/Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.

3.1.2. Poderá participar edital agente cultural, pessoa jurídica, com sede nos demais municípios do Estado do Paraná.

3.1.3. Caso não seja habilitado projeto de pessoa jurídica com sede no município de Janiópolis/PR, a comissão analisará os projetos inscritos por proponentes de outros municípios da COMCAM/Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, não havendo projetos habilitados na região da COMCAM, serão analisados os projetos inscritos nos demais municípios do Estado do Paraná, sucessivamente.

3.2. A inscrita deverá ter disponibilidade para atender o cronograma de atividades do município.

3.3. A proponente deverá apresentar currículo/portfólio comprovando atividades anteriores.

3.4. Cada proponente poderá participar, deste edital, com somente uma inscrição.

3.5. A proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

4. DOS IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES

4.1. Estão impedidos de participação nesta seleção pública as pessoas que incorrem nos seguintes casos:

4.1.1. Que tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de projetos ou na etapa de julgamento de recursos.

4.1.2. Servidores públicos atuantes no órgão gestor da cultura, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de projetos ou na etapa de julgamento de recursos.

4.1.3. Que sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

4.1.4. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura/Comitê Gestor poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.1., sabendo que a participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o item 4.1.1.

5. DA ACESSIBILIDADE

5.1. As medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional, compatíveis com as características do edital, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conforme estabelecido no Decreto nº 11.525/2023, deverão ser asseguradas pela proponente, de forma clara e consistente, no projeto apresentado. As medidas de acessibilidade são:

5.1.1. No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosos aos locais onde se realizarão as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação.

5.1.2. No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pela iniciativa ou pelo espaço (a Língua Brasileira de Sinais - Libras; o sistema Braille; o sistema de sinalização ou comunicação tátil; a audiodescrição; as legendas; a linguagem simples).

5.1.3. No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para ações culturais acessíveis.

5.1.4. Os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados para essa finalidade, no mínimo, dez por cento do valor total, compatíveis com as características do projeto ou justificativas do atendimento das obrigatoriedades.


5.1.5. A proponente deverá apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

6. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DO ESTÍMULO A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS MINORIZADOS

6.1. Em atendimento ao Decreto nº 11.525, este edital fomentará mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de grupos minorizados socialmente pela prerrogativa de critérios diferenciados de pontuação.

6.2. Serão acrescidos até 20 pontos referentes a pontuação diferenciada para estímulo ao protagonismo de pessoas que estão em grupos minorizados a que se refere o art. 17 da Lei 195 de 08 de julho de 2022.

6.3. Quando cabível, o representante legal da proponente, realizará a seleção no formulário e anexará a autodeclaração, podendo somar 5 pontos a cada enquadramento, até o teto de 20 pontos de pontuação diferenciada.



6.4. Cumprindo a Lei Complementar 195/2022, podem receber pontuação diferenciada o **representante legal** que se enquadrar nos seguintes grupos e anexar autodeclaração, conforme anexo deste Edital:

6.4.1. mulheres,

6.4.2. pessoas negras,

6.4.3. pessoas indígenas,

6.4.4. comunidades tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas,

6.4.5. populações nômades e povos ciganos,

6.4.6. pessoas LGBTQIA+,

6.4.7. pessoas com deficiência e.

6.4.8. outros grupos minorizados socialmente.

6.5. Na hipótese de, observado o disposto acima, o número de projeto permanecer insuficiente para o preenchimento das vagas utilizando a pontuação diferenciada, as mesmas serão destinadas à ampla concorrência.

6.6. O projeto apresentado deverá oferecer medidas que estimulem o protagonismo e participação de pessoas minorizadas, conforme elencado no item 6.4.

6.7. A veracidade das informações e documentos apresentados são de inteira responsabilidade do inscrito, podendo responder com penalidades previstas em Leis, em caso de falsidade das presentes declarações e informações apresentadas, podendo implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

7. DO PRAZO PARA AS INSCRIÇÕES

7.1. A inscrição deverá ser realizada no período de **25 de abril a 12 de maio de 2024** até às 23:59, em formulário on-line acessado pelo link <https://forms.gle/EqWIDbcNZvtFutUV7>

7.2. A proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações do projeto.

7.3. As inscrições deste edital são gratuitas.

8. DAS EXIGÊNCIAS PARA INSCRIÇÃO DO PROJETO

8.1. A proponente deverá fazer o preenchimento completo do formulário de inscrição, anexando documentos no formato PDF e demais conteúdos exigidos.

8.2. Antes de efetuar a inscrição, a interessada deverá conhecer o edital em sua integralidade e certificar-se de que cumpre os requisitos exigidos.

8.3. A interessada deverá tomar ciência das opções do formulário de inscrição, fazendo a verificação das informações necessárias, organizando toda a documentação exigida para iniciar a inscrição.

8.4. O formulário on-line não permite salvar os dados do projeto para editar posteriormente, caso esteja no prazo de inscrição e for necessário, a proponente poderá enviar nova inscrição, anulando a anterior.

8.5. A proponente deverá anexar no formulário de inscrição acessado pelo link <https://forms.gle/EqWIDbcNZvtFutUV7> os seguintes documentos/informações:

8.5.1. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (inscrição do CNPJ);

8.5.2. Cópia do contrato social ou correspondente, com atualizações;

8.5.3. Cópia do CPF do representante legal;

8.5.4. Cópia da cédula de identidade civil ou outro documento oficial com foto do representante legal;

8.5.5. Comprovante de sede ou de residência do representante legal ou de declaração assinada pelo representante legal, modelo anexo I.

8.5.6. Anexar termo de autorização de uso de imagem, modelo anexo II.

8.5.7. Anexar projeto de cinema de rua ou itinerante, modelo anexo III.

8.5.8. Anexar currículo/portfólio da pessoa jurídica, comprovando experiência na área pretendida.

8.5.9. Incluir link de plataforma virtual (youtube, instagram ou facebook, outras) com acesso livre de trabalhos realizados anteriormente, se for o caso.

8.5.10. Os anexos deverão ser preenchidos corretamente, assinados e anexados ao formulário on-line de inscrição, conforme cada caso.

8.5.11. A proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais de comunicação utilizado pelo órgão gestor de cultura do município.

9. ETAPAS DO EDITAL/CRONOGRAMA

9.1. O cronograma abaixo é passível de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através do site www.janiopolis.pr.gov.br

9.2. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

9.2.1. Análise de mérito cultural do projeto: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e

9.2.2. Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação da proponente, conforme documentação descrita no item 8.

AÇÃO	DATA/PERÍODO
Período de inscrição	25/04 a 12/05/2024
Análise de mérito	13 a 15/05/2024
Publicação do 1º resultado Mérito	17/05/2024
Interposição de Recurso na fase de mérito	20 a 22/05/2024
Análise de recurso – fase mérito	23/05/2024
Resultado final da análise de mérito	24/05/2024
Envio de documentos de habilitação dos selecionados pela análise de mérito para análise documental (certidões e dados bancário, conforme item 13, deste Edital.	27 a 31/05/2024
Análise documental	03 e 04/06/2024
Publicação do resultado da análise documental	05/06/2024
Período de assinatura termo de execução cultural	06 a 12/06/2024

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. Será disponibilizado para o presente Edital o valor de **R\$ 8.179,26** (oito mil, cento e setenta e nove reais e vinte e seis centavos), conforme segue:

ITEM	MODALIDADE	VAGA	VALOR
01	Projeto cultural de cinema de rua ou itinerante, para realização de no mínimo 03 (três) exibições abertas ao público de obras audiovisuais para fruição coletiva em local público, a ser detalhada no projeto apresentada.	01	R\$ 8.179,26

Os recursos necessários ao pagamento das despesas correrão pela Dotação Orçamentária: 17 - SECRET. MUNICIP. CULTURA ESPORTE E LAZER 002 - DIVISÃO DE CULTURA 17.002.13.392.0026.2.097. - APOIO A CINEMAS – Audiovisual, recursos oriundos da Lei Complementar 195/2022.

10.2. Caso não seja preenchida a vaga deste edital, o recurso remanescentes poderá ser utilizado para suplementar editais de outras ações culturais previstas no art. 6º da Lei Complementar Federal nº 195/2022, conforme decisão com a participação do Conselho Municipal de Cultura e devido amparo legal.


11. DA ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL

11.1. Entende-se por “análise de mérito cultural” a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes do projeto cultural, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

11.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação à outros projetos inscritos na mesma modalidade. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

11.3. Serão atribuídas notas para os seguintes aspectos:

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Qualidade do projeto	Coerência na apresentação, objetivos, justificativa	0 a 25
Relevância	Relevância do projeto para o contexto cultural do município de Janiópolis	0 a 25
Viabilidade de execução	Coerência entre plano de programação, estruturação e organização e cronograma de etapas do projeto.	0 a 25



Portfólio dos Envolvidos	Histórico das atividades e currículo dos principais integrantes.	0 a 25
Estímulo a grupos minorizados	Participação como mulheres, pessoas negras, pessoas oriundas de povos indígenas, comunidades tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas do segmento LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e outros grupos Minorizados	0 a 20

11.4. Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação diferenciada, estabelecidos no item 6, de forma subsequente na classificação.

11.5. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso que deverá ser fundamentado, assinado, digitalizado e encaminhado no e-mail: janiopolis.cultura195@gmail.com

11.6. Os recursos deverão ser apresentados no prazo de 03 dias úteis, conforme Decreto nº 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

11.7. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

11.8. Após o julgamento dos recursos, o resultado da seleção será divulgado no site www.janiopolis.pr.gov.br

12. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

12.1. A comissão de seleção de projetos será coordenada pelo Sr. Nelson da Silva Barbosa, Chefe da Divisão Municipal de Cultura e Turismo e, neste ato, Coordenador da Comissão Especial de Avaliação e Seleção de Projetos e Propostas Culturais provenientes de editais lançados em cumprimento à Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022.

12.2. A Comissão Especial de Avaliação e Seleção de Projetos e Propostas Culturais provenientes de editais lançados em cumprimento à Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022, foi nomeada pelo poder executivo por meio da Portaria nº 287/2023.

12.3. Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de propostas culturais que estiverem em processo de avaliação nos quais:

12.3.1. Que tenham interesse direto no projeto;

12.3.2. Que tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

12.3.3. Que estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.4. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.5. A comissão atribuirá notas em observância ao disposto no item 11.

13. ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL / FISCAL

13.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado, terá o prazo de 05 dias úteis para apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

13.1.1. PESSOA JURÍDICA

I - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

II - certidão negativa de débito relativa aos créditos tributários estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda do Governo do Paraná;

III - certidão negativa de débito relativa aos créditos tributários municipais expedida pela Prefeitura Municipal de residência ou sede do contemplado na fase de mérito;

IV - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

V - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

VI – certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

VII - envio de dados bancários de **conta aberta especificamente para o projeto** em nome da agente cultural pessoa jurídica responsável pelo projeto classificado.

13.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

13.3. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

14. DA CONTRAPARTIDA

14.1. Os destinatários dos recursos deste edital oferecerão contrapartida social no prazo e nas condições pactuadas com a Secretaria Municipal de Educação e Divisão Municipal de Cultura, assegurada a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade, bem como para o população em geral, com acesso gratuito ao público.

14.2. A realização do projeto, inclusive com a contrapartida, terá prazo máximo de até dezembro de 2024, conforme acordado com cronograma de atendimento da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

15. DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1. Finalizada a fase de habilitação, a agente cultural contemplada será convocada a assinar o Termo de Execução Cultural, de forma presencial ou eletrônica.

15.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pela agente cultural selecionada neste Edital e pela Secretaria Municipal de Educação e Divisão Municipal de Cultura, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

15.3. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

15.4. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 5 dias após a homologação do resultado final, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DA DIVULGAÇÃO DO PROJETO

16.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação do projeto exibirão as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas, do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e as marcas do município de Janiópolis/PR.

16.2. O material de divulgação do projeto e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

16.3. O material de divulgação do projeto deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação da contemplada, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

17.2. O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto.

17.3. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

17.4. O agente público responsável, caso considere que não foi possível aferir o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES

Av. João Theobaldo Moreira Sales, Novo nº. 1889 - Moreira Sales/PR
CEP - 87370-000
CNPJ nº 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 3532-1398
E-mail: camamun@camamun.com site: www.camamun.com.br

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 001/2024

Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES, CNPJ 00.100.861/0001-85, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Rafael Maestá Bezerra, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG nº 7.411.687-6 SESP/PR, inscrito no CPF/MF nº 048.496.309-01, residente e domiciliado na Avenida José Carlos Betini, nº 152, Jardim Novo Horizonte, na cidade de Moreira Sales, Estado do Paraná, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES, CNPJ 76.217.025/0001-03, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Rafael Brito do Prado, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.386.563-6 SESP/PR, inscrito no CPF/MF nº 049.334.159-51, residente e domiciliado na Avenida Walmer José Pacor, nº 12, Jardim Novo Horizonte, na cidade de Moreira Sales, Estado do Paraná, com base nos princípios Constitucionais da Eficiência e Economicidade, visando à conjugação de esforços, resolvem celebrar o presente

TERMO DE COOPERAÇÃO, em conformidade com a Lei Municipal nº 860/2024, para o aproveitamento e utilização da estrutura, dos serviços e acompanhamento da Equipe Técnica de Licitação, para atender o Poder Legislativo "Câmara Municipal de Moreira Sales", no que concerne à realização de processos licitatórios em geral incluindo os Processos de Dispensa e Inexigibilidade para aquisição de bens, contratações, prestadores de serviços e fornecedores de materiais duráveis ou não em favor do Poder Legislativo, nos termos da Lei nº 14.133/21, e demais regulamentos municipais.

DO OBJETO
CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo tem como objeto a realização de ações conjuntas entre a Câmara Municipal de Moreira Sales e a Prefeitura Municipal de Moreira Sales, visando à cooperação técnica e apoio operacional à Câmara Municipal, quando necessitar de realização de licitações nas diversas modalidades, incluindo as inexigibilidades e dispensas previstas na Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. A realização dos atos por parte dos integrantes da equipe técnica de licitação do Poder Executivo se dará a título não oneroso ao Poder Legislativo.

DOS FUNDAMENTOS
CLÁUSULA SEGUNDA - É pacífico o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná de que é possível a realização de Termo de Cooperação Técnica entre o Poder Executivo e Legislativo, para condução dos processos licitatórios, em

situações de não existência e/ou impossibilidade de formação de pessoal, dado pouco número de servidores efetivos do Poder Legislativo, utilizando-se assim, da equipe técnica de Licitação do Poder Executivo Municipal. A par disso destacamos o Acórdão do TCE/PR nº 2298/19- Tribunal Pleno.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PODERES
CLÁUSULA TERCEIRA - Compete a Câmara Municipal de Moreira Sales:

I. Informar a Prefeitura Municipal de Moreira Sales, através de ofício, sobre a necessidade e intenção de realizar procedimento licitatório, seja também Inexigibilidade ou Dispensa, nos termos da presente cooperação técnica e em conformidade com a Lei 14.133/2021;

II. Determinar a abertura do processo licitatório, encaminhando toda documentação necessária a sua execução;

III. Promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, indicando e discriminando o objeto a ser licitado e apresentando outras informações eventualmente solicitadas pelo Departamento de Licitação para realização do certame;

IV. Realizar o assessoramento jurídico nos processos exclusivos do Poder Legislativo.

V. A adjudicação e homologação do resultado do procedimento licitatório de qualquer modalidade;

VI. A celebração e publicação do contrato.

VII. Arcar com o pagamento de todas as aquisições e contratações realizadas em seu favor.

CLÁUSULA QUARTA - Compete a Equipe Técnica de Licitações do Município de Moreira Sales:

I. Realizar todos os atos de condução do certame que lhes são atribuídos pela Lei 14.133/2021 e atos normativos e regulamentos estabelecidos pelo Município de Moreira Sales, mediante lei municipal, Decretos e Instruções Normativas;

II. Fornecer a título não oneroso, os serviços e atribuições conferidas da Equipe Técnica, para a realização de processos licitatórios nas diversas modalidades incluindo as inexigibilidades e dispensas a serem realizadas pela Câmara Municipal, nos termos da Lei Federal 14.133/2021;

III. Nos processos de aquisição de bens de consumo deverão ser observados os regulamentos expedidos pelo Poder Executivo, em observância ao art. 20, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

IV. Disponibilizar a estrutura de pessoal designada para a realização de licitações, Agente de Contratação, do Pregoeiro e da equipe de apoio, necessários para a realização dos procedimentos licitatórios;

V. Decidir os recursos impostos acerca do procedimento licitatório e contra os atos de seus membros;

VI. Resolver, decidir e julgar, todo e qualquer pedido de esclarecimento, impugnação ao edital ou recursos que possam existir no decurso do certame licitatório até seu término;

VII. Após decisão do certame licitatório, encaminhar toda documentação pertinente à Câmara Municipal de Moreira Sales.

DOS RECURSOS FINANCEIROS
CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Cooperação Técnica correrão à conta de dotações próprias dos participantes, de acordo com as responsabilidades assumidas, sem transferência de recursos financeiros entre eles.

DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
CLÁUSULA SEXTA - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo de cooperação técnica somente se reputará válida se formalizada mediante aditivo.

DO PRAZO
CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo de vigência deste termo de cooperação inicia-se na data de sua assinatura e se dará por prazo indeterminado.

DA RESCISÃO
CLÁUSULA OITAVA - Os convenientes poderão a qualquer tempo rescindir o presente Termo, pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inequívoco e por vontade de ambas as partes, bastando para tanto a notificação prévia de 90 (noventa) dias.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS
CLÁUSULA NONA - São aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021, os preceitos de direito público e as disposições de direito privado correlatas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas normas, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DA PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA - A publicação deste instrumento é requisito indispensável para sua eficácia e será publicado no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro de Goioerê/PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste termo. E, por estarem acordos, os convenientes assinam este termo.

Moreira Sales, 18 de abril de 2024.

Rafael M. Bezerra
CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES
Por seu representante legal Rafael Maestá Bezerra

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES
Por seu representante legal Rafael Brito do Prado

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

CONVITE

O Prefeito Municipal convida a toda a comunidade, para participar da

1ª Audiência Pública que será realizada no dia 29 de abril de 2024, a partir das 19:00 horas na Câmara Municipal de Janiópolis/PR, para discussão das propostas da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) 2025.

Janiópolis, 23 de abril de 2024.

Ismael José Dezanoski
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES

Av. Mário Marangoni, nº 862 - Moreira Sales, Pr. - CEP - 87370-000
CNPJ nº 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 352.1398
E-mail: camamun@gmail.com.br

ANEXO II (Resolução 001/2008)

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Proponente: MAGALI DE MATOS BERTI		
Cargo VEREADORA	Departamento CÂMARA MUNICIPAL	
Localidade CURITIBA	Saída 23/04/2024	Retorno 25/04/2024
Quantidade de Diária: -3-	Categoria (*) "I"	Valor: 493,87
TOTAL	-	1.481,61

Deslocamento
VEÍCULO PODER LEGISLATIVO

Justificativa:
Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.

Data: 22/04/2024 Assinatura: *Rafael M. Bezerra*

Deferimento do Presidente da Mesa:

DEFERIDO
22/04/2024
Rafael M. Bezerra
Assinatura

(*) "I" - Diária integral - "R" - Diária reduzida (50%) - "F" - Diária Fracionada 1/4

ANEXO - III (Resolução 001/2008)

TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS: N° 016/2024

Por este Termo, fica autorizada a concessão de 3 (três) diárias categoria: I nos termos do Anexo II, da Resolução nº 001/2008, e da solicitação do interessado, ao:

Servidor(a)		
Vereador(a): MAGALI DE MATOS BERTI		
Destino: CURITIBA	Km: 550	Valor R\$: 1.481,61
Período: 23 a 25 de abril de 2024		
Finalidade: Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.		
Dotação Orçamentária: 01.01 - 010310001.2.001-339014 Data da liberação: / /		DATA: Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Rafael M. Bezerra Presidente
Empenho nº de / /		Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES

Av. Mário Marangoni, nº 862 - Moreira Sales, Pr. - CEP - 87370-000
CNPJ nº 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 352.1398
E-mail: camamun@gmail.com.br

ANEXO II (Resolução 001/2008)

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Proponente: EVERTON BATISTA ADÃO		
Cargo VEREADOR	Departamento CÂMARA MUNICIPAL	
Localidade CURITIBA	Saída 23/04/2024	Retorno 25/04/2024
Quantidade de Diária: -3-	Categoria (*) "I"	Valor: 493,87
TOTAL	-	1.481,61

Deslocamento
VEÍCULO PODER LEGISLATIVO

Justificativa:
Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.

Data: 22/04/2024 Assinatura: *Rafael M. Bezerra*

Deferimento do Presidente da Mesa:

DEFERIDO
22/04/2024
Rafael M. Bezerra
Assinatura

(*) "I" - Diária integral - "R" - Diária reduzida (50%) - "F" - Diária Fracionada 1/4

ANEXO - III (Resolução 001/2008)

TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS: N° 015/2024

Por este Termo, fica autorizada a concessão de 3 (três) diárias categoria: I nos termos do Anexo II, da Resolução nº 001/2008, e da solicitação do interessado, ao:

Servidor(a)		
Vereador(a): EVERTON BATISTA ADÃO		
Destino: CURITIBA	Km: 550	Valor R\$: 1.481,61
Período: 23 a 25 de abril de 2024		
Finalidade: Audiências: ALEP, SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO, ESCRITÓRIO ESTADUAL DO DEPUTADO FEDERAL TIÃO MEDEIROS.		
Dotação Orçamentária: 01.01 - 010310001.2.001-339014 Data da liberação: / /		DATA: Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Rafael M. Bezerra Presidente
Empenho nº de / /		Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Assinatura

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS

LEI n. 307/2010
Rua: Souza Naves, 371 - Centro - Fone 44 - 35531021 - CEP 87.380-000
Janiópolis - Estado do Paraná

RESOLUÇÃO N° 007/2024

SÚMULA: Aprova substituição Membros Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, no uso das atribuições que confere a Lei nº 307/2010, com as alterações da lei nº 479 de 2015;

Considerando a deliberação da plenária realizada em 009 de abril de 2024, registrada na ata n. 001/2024;

Considerando a Lei Federal nº 8.742/93;

Delibera:

Art.1- Aprova substituição Membros Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS;

Representante de Entidades prestadoras de serviços e Organizações de Assistência Social:
Suplente Luciana Nery Gonçalves Amâncio, substituída por Joelson Carlos Favaron.

Art.2 - Esta resolução entra em vigor na data de sua edição.

MAURI DA SILVA
Presidente do CMAS

Janiópolis, 10 de abril de 2024
Conselho Municipal de assistência social - CMAS Rua Souza Naves, 371 Centro - CEP: 87 380 000
Janiópolis Paraná.



MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES

ESTADO DO PARANÁ
Rua Otto Macedo, nº 629, CEP 87370-000 - Moreira Sales-PR
CNPJ nº 76.217.025/0001-03 - Fone (44) 3532-8100 - Fax (44) 3532-8121
e-mail: pmcmun@moreirasales.pr.gov.br

CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE FOMENTO N° 004/2023

Tendo em vista a solicitação apresentada pelo LAR DOS VELHINHOS SÃO JOÃO BATISTA, fica AUTORIZADA a alteração, por apostilamento, do Termo de Fomento nº 004/2023, autorizado pela Lei Municipal nº 851, de 20 de dezembro de 2023, para fins unicamente de ajuste de "ESTIMATIVAS DE CUSTOS/ESPECIFICAÇÃO E METAS" do Plano de Trabalho integrante da parceria em questão, informando, desde já, que não ocorrerá nenhuma alteração na execução do objeto acordado ou no valor total desembolsado pelo Município de Moreira Sales.

A alteração em questão limita-se à forma como o valor repassado à entidade será empregado entre os serviços previstos no Plano de Trabalho.

O novo Plano de Trabalho, com as alterações de que trata o presente apostilamento, segue em anexo como parte integrante do presente instrumento.

Moreira Sales, 22 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES-PR
Por seu representante legal

LAR DOS VELHINHOS SÃO JOÃO BATISTA
Por seu representante legal

PLANO DE TRABALHO

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE		CNPJ			
Lar dos Velhinhos São João Batista		78.193.083/0001-70			
ENDEREÇO					
Av. Padre Alberto Mário Pierobon, 232 - Centro					
CIDADE	UF	CEP	DDD/TELEFONE		
Moreira Sales	Paraná	87.360-000	(44) 3532-1393		
AGÊNCIA		BANCO	CONTA CORRENTE		
0680-0		Brasil	5804-1		
PRACA DE PAGAMENTO		Moreira Sales			
NOME DO RESPONSÁVEL		CPF			
SERGIO BENATTI CARDOZO		689.695.709-34			
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA EXPENÇÃO	CARGO	POSSE		
4.370.923-2/SSP-PR	24/05/2013	Presidente	08/10/2023		
ENDEREÇO					
Av. Padre Alberto Pierobon, 1.461, Bairro São Luiz					
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE		
Moreira Sales	Paraná	87.370-000	(44) 3532-1393		

ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE		CNPJ			
Prefeitura Municipal de Moreira Sales		76.217.025/0001-03			
ENDEREÇO					
Rua Otto Macedo, 629 - Centro - Moreira Sales, Estado do Paraná					
CIDADE	UF	CEP	DDD/TELEFONE		
Moreira Sales	Paraná	87.360-000	(44) 3532-1393		
NOME DO RESPONSÁVEL		CPF			
Rafael Brito do Prado		049.334.159-51			
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA EXPENÇÃO	CARGO	POSSE		
8.386.563-6	22/05/1998	Prefeito	01/01/2021		
ENDEREÇO					
Avenida Walmer Pacor, 12 - Jardim Novo Horizonte					
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE		
Moreira Sales	Paraná	87.370-000	(44) 3532-8100		

II - DESCRIÇÃO DO PLANO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	
Parceria entre o Município de Moreira Sales e o Lar dos Velhinhos São João Batista, para atendimento de idosos, proporcionando aos mesmos as garantias de direitos, conforme preconiza o Estatuto do Idoso.	
OBJETIVO/METAS A SEREM ATINGIDAS	
Proporcionar melhorias na qualidade de vida dos idosos acolhido na Entidade, bem como proporcionar a aos residentes um ambiente acolhedor, alimentação saudável, aumentando a auto estima dos idosos.	

DESTINATÁRIOS DOS SERVIÇOS	
O presente convênio se destina ao atendimento de 22 idosos, residentes no Lar dos Velhinhos São João Batista no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2024.	

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO	
Sendo o Lar dos Velhinhos São João Batista, uma Entidade de atendimento a idosos em tempo integral, que atende a idosos que não tem família ou que as mesmas não possuem recursos para mantê-los, por ser uma Entidade sem fins lucrativos, cuja sua diretoria não é remunerada, vem firmar parceria com este município para atendimento a 22 (vinte e dois) idosos com o objetivo de oferecer-lhes uma vida digna, assegurando seus direitos estabelecidos no Estatuto do Idoso.	

ESTIMATIVAS DE CUSTOS/ESPECIFICAÇÃO E METAS		
Os recursos serão aplicados conforme segue:		
RUBRICAS	SERVIÇOS	VALOR R\$
31.90.11.01.00	Vencimentos e Salários	R\$ 144.960,00
33.90.39.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R\$ 6.700,00
44.90.52.00.00	Equipamentos e material permanente	R\$ 13.350,00
Total		R\$ 165.000,00

CRONOGRAMA DE DESBOLSO (R\$)	
Metas	Atender 22 idosos em período integral
jan/24	fev/24
13.750,00	13.750,00
mar/24	abr/24
13.750,00	13.750,00
maio/24	jun/24
13.750,00	13.750,00
jul/24	ago/24
13.750,00	13.750,00
set/24	out/24
13.750,00	13.750,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Início	1º de janeiro de 2024
Término	31 de dezembro de 2024

DECLARAÇÃO	
------------	--

Lar dos Velhinhos São João Batista, Entidade de fins filantrópicos, sem fins lucrativos, devidamente inscritos no CNPJ sob o nº 78.193.083/0001-70, situado na Av. Padre Alberto Mário Pierobon, 232 - Centro - Moreira Sales - Pr., neste ato representado pelo Seu Presidente, Confrade Sergio Benatti Cardozo, brasileiro, casado, portador do RG nº 4.370.923-2/SSP-PR, CPF 689.695.709-34, policial militar reformado, residente e domiciliado na Av. Padre Alberto Pierobon, 1.461, Centro, Moreira Sales-PR. Declara sob as penas da Lei, que inexistiu qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consideradas no orçamento do município, na forma deste Plano de trabalho.

Moreira Sales - Pr., 22 de abril de 2024.

SERGIO BENATTI CARDOZO	
Presidente	
APROVAÇÃO	
Aprovado	
Moreira Sales, 22 de abril de 2024.	
Rafael Brito do Prado	Reginaldo Martins de Souza
Prefeito	CRC: 062.078/O